

Da Solidariedade à Fluididez: a Produção da Ação Coletiva no MST para além da Identidade Coletiva

Miguel Ângelo Lazzaretti¹

Resumo: Este artigo tem por escopo analisar a produção da ação coletiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo em vista as relações de poder geradas nos assentamentos e as novas subjetividades produzidas por essas ações. A pesquisa está baseada em estudos de casos realizados em dois assentamentos do Estado da Paraíba: Mandacaru (na região do Semiárido) e Massangana III (na região da Zona da Mata). Teoricamente, as reflexões estão amparadas nos “Novos Movimentos Sociais”, introduzidos por Alain Touraine, entre outros teóricos, a fim de discutir e mostrar como o MST produz *a priori* modelos de ações coletivas nos assentamentos assimétricas, além de tentar estabelecer um diálogo estratégico entre as visões de mundo dos assentados e a ideologia do movimento.

Palavras-chave: Ação coletiva, Assentamentos, Reforma Agrária, Solidariedade.

From Solidarity to Fluidity: The Production of Collective Action in the MST beyond 'Collective Identity'

Abstract: In this study, we analyze the production of collective action of the *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*, taking into account the power relations generated in the agrarian camp and the new subjectivities produced by these actions. The research is based on case

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Toledo.

studies carried out in two agrarian camps in the state of Paraíba: Mandacaru (in the semi-arid region) and Massangana III (in the *Zona da Mata* region). Theoretically, the reflections are supported by the "New Social Movements", introduced by Alain Touraine, among other theorists, to discuss and show how the MST produces a priori models of collective action in the agrarian camps without first understanding the Brazilian rural realities, besides trying to establish a strategic dialogue between the settlers' worldviews and the movement's ideology.

Keywords: Collective action, Agrarian camps, Agrarian Reform, Solidarity.

Introdução

O repertório organizacional para muitos movimentos sociais envolve compromissos normativos para garantir ampla representação e voz para indivíduos e para grupos tradicionalmente marginalizados da sociedade de classes (BORDT, 1997; SMITH, 2008). Do ponto de vista sociopsicológico, há dois processos psicológicos básicos cuja manifestação é necessária para que os grupos subordinados - em nosso caso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – se mobilizem: um sentimento de injustiça e um sentimento de eficácia coletiva (KELLY, 1998). Primeiro, os indivíduos precisam se auto classificar como parte do mesmo grupo social e compartilhar um sentimento de injustiça, ou seja, a convicção de que um evento, uma ação ou uma situação é 'errado(a)' ou 'ilegítimo(a)' para todo o coletivo. Em segundo lugar, os grupos subordinados também devem perceber que sua ação coletiva pode ser eficaz e, quando organizados, são capazes de provocar mudanças sociais. Esses dois processos psicológicos são mais conhecidos na psicologia social como o 'modelo de via dupla de ação coletiva' (VAN ZOMEREN; LEACH; SPEARS, 2012; VAN STEKELENBURG; KLANDERMANS, 2013).

Essa perspectiva se enquadra nos princípios do MST, que é uma organização que luta pelo acesso à terra e pela melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas sob a sua coordenação. Nesse sentido, o movimento tem produzido diversas formas de ações coletivas nos assentamentos no intuito de garantir que os agricultores possam se viabilizar contra as injustiças econômicas, cultural, ambiental e social.

Segundo Van Zomeren, Postems e Spears (2008), os sentimentos de injustiça sobre a forma como o grupo subordinado é tratado são cruciais para saber se as pessoas reagem ou não contra a desvantagem coletiva. Nesse sentido, a participação em formas coordenadas de ação coletiva pode ser enquadrada como “esforços de um grande número de pessoas, que se definem e também são frequentemente definidas por outros como um grupo para resolver coletivamente os problemas que sentem ter em comum” (TAJFEL, 1981, p. 244). O apoio social e emocional de outros semelhantes aumenta a consciência sobre a injustiça e a disposição de lutar por seus direitos (HERMAN, 1999), caracterizando a força da ação coletiva em prol dos objetivos comuns. De tal modo, a eficácia coletiva pode ser enquadrada como a crença de que a ação coordenada do grupo tem o potencial de mudar os arranjos atuais e melhorar as condições de vida do grupo (POLITI *et al.*, 2021).

Sendo assim, o objetivo deste estudo é analisar a produção da ação coletiva do MST, tendo em vista as relações de poder geradas nos assentamentos e as novas subjetividades produzidas por essas ações. A pesquisa baseia-se em estudos de casos em dois assentamentos localizados no Estado da Paraíba: Mandacaru (na região do Semiárido) e Massangana III (na região da Zona da Mata). As reflexões propostas estão amparadas na teoria dos chamados “Novos Movimentos Sociais”, introduzida por Touraine (1989) e outros teóricos, com o escopo de discutir como o MST produz *a priori* modelos de ações coletivas nos assentamentos, “sem primeiro compreender as realidades rurais brasileiras”, além de estabelecer um diálogo estratégico entre as visões de mundo dos assentados e a ideologia do movimento.

Este texto está dividido em cinco seções: a primeira é esta introdução; a segunda reúne os procedimentos metodológico; a terceira é dedicada ao referencial teórico, em que problematizamos o conceito de ação coletiva embasada em uma perspectiva contemporânea; a quarta contextualiza o estudo de caso em dois assentamentos, em que problematizamos a teoria e a prática da ação coletiva nos referidos assentamentos; por fim, a quinta seção é o cotejamento das discussões.

Percurso Metodológico: um Olhar Sociológico entre a Teoria e a Empiria

Este estudo originou-se de indagações e de interrogações frente a um fenômeno empírico que chamou a atenção pela sua pertinência sociológica: como é possível que famílias assentadas, que não têm educação formal básica e que nunca sequer tiveram experiências com trabalho coletivo, aceitem as prerrogativas de um movimento social para produzirem ações coletivas e viabilizarem um projeto socioeconômico de cunho ideológico socialista?

O que nos chamou a atenção foi que a grande maioria das famílias dos projetos de assentamentos realizados onde estudamos nunca sequer tinha trabalhado na agricultura antes de ingressar em assentamentos, e as poucas famílias que tinham trabalhado no campo nunca tiveram experiências com trabalhos coletivos. A questão é: o que move então essas pessoas a aceitarem a participar de ações coletivas dentro de uma lógica centralizada (marxista-leninista) diferenciada da lógica tradicional da agricultura familiar?

Partimos da ideia de um caminho pelo qual os contextos da realidade social-histórica determinam o mundo ideal e as intenções dos seres humanos, uma vez que esses, em virtude da experiência social, conhecem as circunstâncias e os contextos e por eles se orientam. A referência a esse mundo material parte daquilo que é dado. E o que é dado? São as relações capitalistas de produção que fazem com que os indivíduos transformem, na medida do possível, o subjetivamente visado, isto é, a ideia de um mundo melhor e ideal para o que é objetivamente possível. Nesse sentido, o MST vem de encontro a esse mundo ideal.

A intenção de estudar o fenômeno da ação coletiva nos assentamentos de reforma agrária é evidenciar e clarear essas contradições. O que queremos com este estudo é dar vazão ao indivíduo como construtor de realidades sociais e históricas coletivas. Por isso, evidenciamos as relações de poder nos assentamentos e o que os assentados mentalizam sobre a proposta do MST de produção de ações coletivas.

Para concretizar essa ideia de relações de poder e de subjetividade no mundo dos assentamentos coordenados pelo MST, a preocupação central foi captar, por meio de entrevistas e de observação participante, como a visão coletiva do movimento era percebida pelos assentados e como esses caracterizavam e interpretavam essas visões de mundo.

Para tanto, inicialmente, foi necessária uma revisão bibliográfica sobre o que é a ação coletiva para, posteriormente, determinar como essa ideia se configurou na mente dos assentados. Por isso, a metodologia

adotada tem caráter qualitativo, já que, de acordo com Godoy (1995), possibilita que estudemos o homem e as relações que ele estabelece em diversos campos. Analisamos os dados desta pesquisa realizada nos assentamentos lançando mão das observações sistemáticas dos pesquisadores, bem como da vivência realizada na comunidade durante o período de pesquisa. Assim, partimos de teorias confrontando-as com as práticas coletivas nos assentamentos, a fim de indagar: quais os interesses dos assentados e a atração para que produzam ações coletivas baseadas em princípios socialistas?

Os assentamentos escolhidos para este estudo foram dois. O Assentamento Mandacaru, localizado no município de Sumé, Paraíba, conta com 121 lotes familiares, aproximadamente 28,8 ha por família, e uma população média de 500 pessoas (famílias geralmente compostas de 3 a 6 membros) em uma área total de 4.384 ha. O segundo local é o Assentamento Massangana III, instalado no município de Cruz do Espírito Santo, na Zona da mata da Paraíba, com 131 lotes familiares em uma área de 816 ha (as famílias são compostas de 2 a 6 membros).

Nesses locais, participamos de reuniões com os assentados e os líderes do MST. Além disso, realizamos entrevistas com 20 famílias, aleatoriamente escolhidas, em cada assentamento, todas ligadas organicamente ao MST. A entrevista seguiu um roteiro semiestruturado para assentados líderes e não líderes em ambos os assentamentos.

Ação Coletiva e MST: Algumas Problematizações Teóricas

A ação coletiva tem sido reconhecida como uma forma potencialmente poderosa, já que é utilizada para promover e implementar nas sociedades. Essa ação coletiva, no entanto, normalmente não surge espontaneamente ou do nada. Talvez, antes de tudo, as pessoas precisem ser capazes de imaginar a própria possibilidade de que o mundo ou a ordem social possa e deva ser diferente (COHEN-CHEN; VAN ZOMEREN, 2018, SOUZA, 2018). A ação coletiva pode ser entendida como as ações sociais desencadeadas pelo movimento nos assentamentos em torno da produção de temas e de ações que afetam diretamente a organização coletiva das comunidades.

Nessa perspectiva, Touraine (1989) argumenta que um movimento social só pode existir quando a ação coletiva é permeada de escopos sociais, pois “reconhece a existência de valores e interesses sociais gerais e, em consequência, não reduz a vida política a um confronto entre campos ou classes, ainda que organize e acirre conflitos” (TOURAINÉ, 1989, p. 88). Além disso, de acordo com o mesmo autor, os movimentos sociais de destaque comumente se valem de temas que são universais, a saber: a liberdade, a igualdade, os direitos humanos, a justiça, a solidariedade E outros.

Tendo esses aspectos como pano de fundo, este estudo originou-se de indagações e interrogações frente a um fenômeno empírico que chamou a atenção pela sua pertinência sociológica: como as famílias assentadas, que não tiveram experiências com trabalho coletivo, podem produzir ações coletivas e viabilizarem um projeto socioeconômico de cunho ideológico socialista?

Em nossa compreensão, os indivíduos têm interesses individuais que podem ser comuns a vários indivíduos. Quando eles se unem para buscá-los, gera-se uma ação coletiva. Essa ação coletiva se concretiza por meio de temas e ações que têm o objetivo de realizar aquele interesse mútuo. Para Silva e Prada (2020), o integrante do MST entende que uma ação coletiva “tem mais condições de acumular força política e legitimidade diante da sociedade do que a ação individual” (SILVA; PRADA, 2020, p. 54). Cattani (2011), por sua vez, compreende que a “ação coletiva designa toda espécie de ato concertado por grupos ou categorias sociais visando alcançar um fim determinado” (CATTANI, 2011, p. 15).

Touraine (1989) defende que a subjetivação (quando o sujeito age sobre o seu ambiente para criar sua individualidade) só ocorre a partir do momento que o esforço do sujeito se torna um objetivo valorizado positivamente. Em outras palavras, a sua motivação pode edificar o conceito de mediação entre “o mundo da instrumentalidade e o mundo da identidade, que não pode mais ser a ordem política ou social, como tinham pensado sucessivamente a filosofia política e a sociologia” (TOURAINÉ, 1989, p. 69).

O desenvolvimento das circunstâncias e os contextos da realidade social-histórica determinam o mundo ideal e as intenções de seres humanos, uma vez que esses, em virtude da experiência social, conhecem as circunstâncias e os contextos e por eles se orientam. Isso faz com que a referência a esse mundo material parta do que é dado. Mas, o que é dado?

São as relações capitalistas de produção que fazem com que os indivíduos transformem, na medida do possível, o desejo de um mundo melhor e ideal para o objetivamente possível.

As famílias de agricultores assentados da reforma agrária têm o desejo histórico de melhorar de vida e, nesse ponto, o MST vem ao seu encontro para a construção de um mundo melhor. Aliás, Weber (1994) já nos dizia que os interesses determinam as ações sociais dos seres humanos no cruel confronto com as necessidades da vida. Dito de outro modo, as percepções e as concepções de agentes humanos costumam ser determinadas de maneira significativa e em grande parte pela situação social, econômica e política em que eles se encontram. Trata-se de conhecer, desse modo, o contexto objetivo em que estão inseridos os sujeitos desta pesquisa e compreender se a escolha (o significado) pelas ações coletivas com ‘fundo socialista’ correspondem aos interesses dos assentados ou qual(is) é(são) o(s) sentido(s) que esses sujeitos coletivos imprimem em suas ações coletivas.

O que nos interessa, a partir das questões levantadas e que envolvem contradições inerentes a indivíduos e grupos sociais em contextos conflitivos, é verificar as capacidades democráticas das ações coletivas desses movimentos sociais, pois, como bem observa Touraine (1989), o risco de um desfecho autoritário está sempre presente. Esse teórico estudou os principais movimentos sociais revolucionários da América Latina, e argumenta que, quanto mais um poder político domina um movimento social, menores são as oportunidades de se criar uma sociedade democrática. Prevalece, nesse caso, a tendência para o surgimento de um poder absoluto que se declara o único capaz de estabelecer o reino da igualdade, de reduzir ou de abolir as desigualdades sociais, substituindo todas as formas diversificadas de dominação social pela igualdade de todos, mediante à sua submissão a um poder absoluto. Para Touraine (1989), a democracia revolucionária tende regularmente a se autodestruir.

Assim sendo, nossa contribuição, ao estudar o fenômeno da ação coletiva em assentamentos de reforma agrária do MST, é exatamente poder clarear ou evidenciar essas contradições que existem na construção da democracia que o movimento prega, as quais podem estar em descompasso ou não com o interesse dos assentados (LAZZARETTI, 2007; SOUZA, 2018).

A diferença deste estudo para outros que envolvem análises de poder nos assentamentos é precisamente captar aquilo que poucos têm evidenciado sobre o comportamento e as aspirações mentais desses agricultores. O que queremos é dar vazão ao indivíduo como agente construtor de realidades sociais e históricas coletivas, em seu processo de interação, quando empresta objetividade à abstração histórica no plano mais geral, ou, como denomina Azevedo (2003), o indivíduo em seu processo de vivência como célula efetivadora de sentido dos processos sociais. No caso, queremos verificar se os assentados dão outro sentido que não aquele somente político às suas ações.

O conteúdo da organicidade do MST (2004) - que quer ampliar a participação, elevar o nível de consciência das famílias, formar militantes/quadros, ter o controle político do espaço geográfico, implantar os círculos orgânicos, manter-se permanentemente vigilante, afastar os inimigos e acumular forças - dá um sentido de verdadeiras brigadas às ações produzidas pelo movimento, porém, será que os assentados querem mesmo fazer isso?

Na fase de preparação da luta e de acampamento, há uma homogeneização de interesses entre os trabalhadores rurais, quando o papel dos líderes se centra nos aspectos questionadores do modo de produção capitalista que promove a privatização da terra e não permite que esse espaço seja partilhado por quem nele trabalha. No entanto, o panorama se altera quando se passa dessa fase da preparação e acampamento, em que as famílias estão unidas para conquistarem a terra, para a fase do assentamento, em que ocorre efetivamente a posse individual da terra. Nesse período, quando se negocia o projeto coletivo, os assentados têm se mostrado um pouco apáticos à ideia dos líderes do movimento. Segundo Figueiredo e Pinto (2014), a união e a participação igualitária percebidas durante o acampamento seriam substituídas por uma fragmentação e uma desmobilização dos assentados. Para Kleba (1994), isso acontece porque os líderes que atuam como representantes das demandas dos assentados não as abrangem totalmente, em função de sua pequena estrutura e de posições ideológicas que nem sempre condizem com a heterogeneidade da população assentada.

Na visão de Figueiredo e Pinto (2014), há estudos que demonstram os conflitos existentes entre os projetos de vida dos familiares assentados e daqueles que estão nas lideranças do movimento, sem contar outras instâncias que também interferem, tais como a Igreja e o Estado. Assim, podemos nos interrogar sobre os limites que se impõem na construção da

democracia interna do movimento. São barreiras culturais, sociais e organizacionais presentes na maneira original de fazer e produzir a terra, maneiras sempre presentes na trajetória dos trabalhadores rurais que não são acostumados ao labor coletivo, denominadas, muitas vezes, pelos dirigentes do MST como “vícios artesanais de produção” que podem desqualificar seus atributos de produtores e, portanto, os colocam como atrasados e individualistas.

No cotidiano dos assentamentos, de acordo com alguns autores (BRENNEISEN, 2002; NAVARRO, 2003; SOUZA, 2017 e outros), a prática da liberdade não é a que se desenvolve nos assentamentos do MST. Os assentados não “têm tanta liberdade” de escolher, o que com certeza compromete esse desenvolvimento de forma amigável. Isso está em harmonia com a descrição feita por Figueiredo e Pinto (2014), que mencionam a existência de diferenças pessoais e de objetivos dentro do MST, mas essas dissonâncias ficavam diluídas em função de um escopo maior, que era a conquista da terra. Sabemos que a estratégia básica do MST é a ocupação de terras improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que pressiona os órgãos públicos a negociarem com o movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, por meio da concessão de títulos de posse. O sucesso desses empreendimentos depende muito da presença das lideranças que são, geralmente, experientes politicamente e com boa capacidade de organização.

De acordo com Gohn (1997a), na organização do MST, observam-se vários pressupostos clássicos da esquerda tradicional, destacando-se a necessidade de uma estrutura orgânica com direção, coordenação, comissões, departamentos e núcleos. A direção deve ser constituída pelos melhores selecionados entre os militantes. Por isso, dado que as massas apenas se mobilizam sozinhas, em função do imediato, e não se organizam politicamente, cabe grande responsabilidade aos dirigentes na condução das lutas dessas massas. Afirmam-se nos documentos do movimento que “quanto mais a massa se apega aos símbolos, aos líderes, e à organização, mais ela luta, mais se mobiliza e mais se organiza” (MST, 1991 *apud* GOHN, 1997a, p. 53).

Como problema maior para a organização coletiva da produção podemos citar a lógica do camponês de tomar decisões sozinho, de não precisar prestar contas de seu trabalho para ninguém e de definir seu próprio horário. Quer dizer, uma coisa é aquilo que os líderes do MST levam até os trabalhadores rurais, outra é a ideologia camponesa inserida

em um contexto cultural e historicamente determinado (LAZZARETTI, 2003).

Gostaríamos de reafirmar que, mesmo admitindo que a ação coletiva possa ser a soma das ações individuais em um determinado contexto social, nossa posição teórica de análise é a mesma de Almeida (1999), “de que a ação coletiva é resultado de uma manifestação de atores sociais ou de grupos que se constituem enquanto sujeito coletivo” (ALMEIDA, 1999, p. 39). Nesse ponto, concordamos com Ostrom (1992) e Sabourin (1999), que argumentam que a ação coletiva é um processo iterativo e uma construção social decorrente dos processos de aprendizagem coletiva, a partir das trajetórias sociais dos indivíduos e da sua experiência construída no interior dos grupos. No caso dos assentamentos estudados, as novas formas de organização, promovidas geralmente por uma intervenção externa, vieram para sobrepujar-se ou justapor-se às formas preexistentes de organização rural nordestina, marcadas pela reciprocidade camponesa.

Nesse sentido, Touraine (1989) reafirma o papel do sujeito nas ações coletivas, enfatizando que, do mesmo modo que o movimento social, o sujeito como uma categoria social ganha sentido quando encarna papéis sociais específicos identificados com sua historicidade. Sem essa passagem para o movimento social, “o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade” e “a ideia de movimento social cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história” (TOURAINÉ, 1989, p. 302).

O sujeito, na ótica de Touraine (1989), não se confunde com a razão individual nem tão pouco com o indivíduo singular, já que é, antes de tudo, o processo pelo qual a razão, a liberdade e as filiações estão associadas à vida do indivíduo, assim como à vida da coletividade. Para participar ativamente da reivindicação dos direitos sociais, os sujeitos também devem acreditar que a ação coletiva pode ser eficaz para alcançar a mudança social (VAN STEKELENBURG; KLANDERMANS, 2013, DE SOUZA; AURÉLIO, 2018).

Pensando na teoria que impulsiona a ação coletiva do movimento que analisamos e no conceito de Touraine (1989) de um sujeito livre e autônomo, precisamos construir modelos de democracia que criem a necessidade de uma teoria da liberdade, do desprendimento, ao invés de uma teoria do empenho, frequentemente transformada em militarização da ação coletiva em uma época em que a bandeira vermelha do movimento operário flutuou mais vezes sobre as tropas que reprimiam os movimentos

populares do que nas passeatas dos grevistas (TOURAINÉ, 1989). Piccolotto (2007), também pautando-se em Touraine, defende que os movimentos sociais devem atuar como mediadores entre o sujeito e o Estado, haja vista que “é fundamentalmente de responsabilidade destes a construção da democracia e a garantia do direito à diferença” (PICCOLOTTO, 2007, p.162).

Nessa perspectiva, Touraine (1989) afirma que é preciso: ter uma definição estratégica e não normativamente orientada da ação social; reconhecer que todos os atores têm suas particularidades culturais e psicológicas; descobrir, no ator individual ou coletivo, um princípio de combinação de ambos; e redefinir democracia como política do sujeito. Ainda conforme argumenta o autor, nas lutas contemporâneas, o que é mais visível e mais forte é sua vontade de ruptura, de recusa, de denúncia. No entanto, a partir dessa rejeição de uma ordem que exclui, é necessário escolher entre dois caminhos: um, que leva à formação de sujeitos autônomos que defendem princípios reconhecidos pela sociedade, e outro que porta à dependência de forças ideológicas e políticas que não acreditam na formação autônoma dos sujeitos.

Isso significa dizer que, em termos de ações coletivas, o primeiro caso é fácil de compreender por se constituir basicamente por atos de transgressão. O segundo, que fala da dependência, deve-se à debilidade dessas ações que são construídas por pessoas (líderes) que se atribuem a função de definir o sentido do mundo para as massas. No MST, esse sentido foi definido no princípio pela Igreja da Teologia da Libertação e hoje pelos líderes ideológicos do marxismo-leninismo.

Um dos principais obstáculos à formação de movimentos como o MST é a intervenção dogmática e sectária de líderes, que, como assevera Touraine (1989), “não acreditam na existência possível de atores capazes de definir objetivos positivos que não sejam os de suas posições ideológicas” (TOURAINÉ, 1989, p. 95). Tais líderes veem nos trabalhadores rurais apenas vítimas que sofrem um destino inexorável da injustiça da ordem social, pensamento que “retarda a formação dos movimentos sociais, mesmo quando lhes fornece um discurso que eles não são capazes de elaborar por si mesmos” (TOURAINÉ, 1989 p. 95).

De acordo com Gohn (1997b), observa-se que o mérito da abordagem de Touraine está na importância conferida aos sujeitos na história, ou aos atores, como ele os chama, como agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas, e não como simples

representantes de papéis atribuídos de antemão pelo lugar que ocupariam no sistema de produção. Na realidade, diz a autora, “Touraine já se distanciava das explicações do marxismo ortodoxo ao enfatizar o papel dos indivíduos, e não da classe social, como atores na categoria projeto” (GOHN, 1997b, p.143). Por isso, essa abordagem “concentra-se menos em estruturas e mais em pessoas, em indivíduos em suas interações, em suas emoções e entendimentos culturais” (JASPER, 2016, p. 11). No estudo sobre movimentos sociais, é preciso destacar a ação e a intenção (o subjetivo) sem ignorar a estrutura e as limitações. O subjetivo é aqui entendido como o sentido que as pessoas dão às suas ações sociais.

A Produção da Ação Coletiva do MST nos Estudos de Caso: Assentamento Massangana III e Mandacarú – (PB)

Os indivíduos, apesar de agirem de acordo com suas aspirações individuais, são sempre passíveis de socialização e de modificação do sentido de sua ação, quando envolvidos em ações conjuntas. Apesar do sentido subjetivamente visado ser o mais importante, em um primeiro momento, ele pode, com a socialização da ação social, adquirir outro sentido, modificado e integrador. Para Souza (2018), é no contexto das reuniões que as famílias recebem os encaminhamentos sobre diversos assuntos (projetos, deliberação das decisões das instâncias superiores e outras pautas). O processo de socialização, então, significa uma incorporação complexa do indivíduo, de suas intenções ou interações em relações ou associações sociais mais abrangentes. Isso pode decorrer de seus próprios interesses, do coletivo ou ainda como interesse para realizar outros fins. De acordo com Adelino, líder do Assentamento Massangana III, se não fosse o MST, ele não estaria naquele espaço, considerando os riscos envolvidos (levar um tiro ou ficar sozinha, segundo ele).

Isso significa dizer que, com a integração progressiva em contextos de relações sociais, especialmente nos de caráter permanente, e mais ainda de organização em movimentos e associações, diminui, na maioria dos casos, a possibilidade dos indivíduos de fazerem valer seus respectivos objetivos e finalidades subjetivas, desde que não consigam elevá-los a uma vontade coletiva, permanecendo minorias.

Nos assentamentos estudados, os líderes são vistos como os dirigentes do movimento e como os “intelectuais”, que organizam as massas e produzem representações novas sobre a realidade em que vivem e o mundo como um todo. De certa forma, os líderes são os portadores de novos saberes e de novos conhecimentos que se reproduzem a partir do aprendizado que adquirem na formação orgânica que o movimento lhes proporciona. Do outro lado estão os assentados, que são os receptores dessas novas mensagens portadas pelos líderes para criar subjetividades.

Amparado por concepções marxista-leninistas de organização, o MST, em seu intuito revolucionário, necessita centralizar e organizar as vanguardas de revolucionários para que reeduem as massas para o advento do socialismo. Nesse processo é que se dão os choques entre modelos adotados sem ter em vista a compreensão dos assentados. O MST, centrado em seus interesses estratégicos, procura fazer nos assentamentos aquilo que Albuquerque Jr. (1999) diz da dominação nas relações de poder, ao citar Foucault, ou seja, há “preocupação em enclausurar este espaço, em dar-lhe um sentido, um rosto, um significado. Há uma preocupação de marcá-lo com sonhos e ações humanas, de sedentarizar os homens, para construir uma nova sociedade e uma nova cultura” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 200).

No Assentamento Massangana III, um técnico explica que a individualidade se tornou muito forte, tendo em vista a origem dos assentados, majoritariamente cortadores de cana cuja característica é a servilidade, ou, em suas palavras, “pessoas que estão para serem mandadas”, não tendo autonomia. Verificando essas relações nos assentamentos estudados, notamos que as exigências dos novos saberes instituídos têm se chocado com os hábitos e os prazeres buscados pelos assentados de uma forma geral. Nem todos (a maioria) querem pensar de forma a contrapor a realidade política e econômica que existe no Brasil. Suas trajetórias são marcadas pela luta por uma vida digna e valores éticos construídos no decorrer de uma longa existência sofrida como desempregados nas favelas, cortadores de cana, empregadas domésticas etc., e não pela luta por projetos políticos que muitas vezes têm perspectivas diferenciadas de seus projetos de vida. Segundo Gohn (2008), Souza e Lazzaretti (2020) projeto social é entendido como o projeto político-ideológico de um grupo, explicitado ou não.

Helena, outro líder Massangana III, disse que, em sua visão, o individualismo não leva ninguém a lugar nenhum. Ele exemplifica com a experiência do assentamento, em que conseguiram custeios individuais,

porém, não foram capazes de pagá-los. Ele conclui que a única saída é trabalhar coletivamente.

Esse tipo de matriz discursiva se traduz naquilo que Foucault (2004) chamou de “indignidade de falar pelos outros”, ou seja, a representação de uma determinada ideia passa a dizer o que as pessoas devem falar e pensar. Nessa relação entre teoria e prática, Foucault (2004), ao falar dos prisioneiros, deixa claro que eles “tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Esta espécie de discurso contra o poder, esse contradiscurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é que é o fundamental, e não uma teoria sobre a delinquência” (FOUCAULT, 2004, p. 72).

Nas palavras de Heleno, no assentamento, algumas regras foram estabelecidas, como deixar de lado alguns vícios que poderiam prejudicar a coletividade e atrasar o processo (bebidas em excesso, brigas etc.). São essas questões que podem ser dirigidas ao MST na sua prática política e ideológica nos assentamentos. Essas relações fazem com que a superioridade da análise científica da realidade social propiciada pelo marxismo desqualifique os saberes tradicionais dos camponeses. Os sujeitos que estão inseridos em movimentos sociais conseguem ler o mundo a sua volta, conseguem “identificar projetos diferentes ou convergentes, se participarem integralmente das ações coletivas, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa, e não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral” (GOHN, 2008, p. 444-445).

Nesse sentido, vimos que no, Assentamento Mandacaru, as práticas de ações coletivas levadas a cabo pelo movimento traduziram-se em uma postura na qual os líderes (após o ano de 2005)¹, por serem menos ideológicos, passaram a admitir que existe no assentamento um mundo social de estruturas objetivas e que é mais importante valorizá-las do que coagir as representações e ações dos assentados na sua cotidianidade. Além disso, entendem que isso pode transformar ou conservar tais estruturas dependendo de como vão interagir dialeticamente.

Na visão de Mara, uma das assentadas de Mandacaru, o assentamento é muito desorganizado. Mesmo havendo um discurso e um apelo para a união, na prática, de acordo com ela, isso não acontece.

¹ No período anterior, ou seja, desde a fundação desse assentamento, em 1999, até o ano de 2005, os líderes eram mais orgânicos ao MST e, portanto, produziam ações coletivas desligadas dos reais interesses dos assentados.

A prática das lideranças em Mandacaru era conduzida pela “revelação”, ou seja, os dirigentes desse assentamento queriam “revelar” aos assentados o sentido da dominação em que estão envolvidos. Esse projeto, contudo, não existe. Como já afirmamos, na mentalidade dos assentados, o que eles almejam é uma vida melhor, com autonomia e possibilidade de empreender a sobrevivência para garantir a reprodução da família. A confiança, como ressalta Milani (2007), é a ligação central entre capital social e ação coletiva; ela integra a previsibilidade de comportamentos dos agentes e, por isso, envolve a avaliação do risco de que um comportamento não seja efetivamente seguido.

Por outro lado, notamos que o discurso ideológico produzido em Mandacaru serviu muitas vezes para amparar líderes que faziam dele seu escudo para favorecimento pessoal. Nesse sentido é que um dos assentados disse que seu melhor amigo dele no assentamento era a própria mãe, pois não confiava em ninguém, já que via no maior pregador da ideologia do MST esse favorecimento. No entanto, essa relação social foi sendo modificada em Mandacaru, tendo em vista a aceitação dos novos líderes do movimento (sem um aprofundamento ideológico das ideias revolucionárias do MST). Esses primeiramente se certificaram daquilo que interessava aos assentados para, posteriormente, promoverem ações coletivas que pudessem ser articuladas às ideias do movimento.

Essas posturas assumidas por determinados líderes do MST em Mandacaru também se reproduziram no Assentamento Massangana III, a partir de um grupo dominado ideologicamente pelo movimento. Vargas, um assentado de Mandacaru, ressalta a importância da atitude proativa do assentado, pois, se ele não participar, ninguém fará nada por ele.

Especificamente em relação à Massangana III, a produção da ação coletiva teve êxito em seus primórdios, mas o descumprimento de regras coletivas por um dos ex-líderes da cooperativa levou essa experiência ao fracasso e ao rompimento. Isso gerou aquilo que o próprio movimento condena, ou seja, “o descompasso da direção com a vontade do povo” (FERNANDES; STÉDILE, 2001, p. 44). A prática de vinculação com as bases, que é um dos princípios do movimento, foi rompida. O comportamento do líder mais importante da cooperativa foi contra os princípios do MST, tornando-se, como os autores supracitados chamam aqueles se deixam cooptar pelo capitalismo quando assumem responsabilidades, vaidoso, personalista ou ideologicamente fraco. Valadares (2009) entende por educação cooperativista o processo e o método para formular e executar políticas de educação e comunicação

ligadas à prática da cooperação. Isso não se limita, segundo Sousa *et al.* (2017), “a pregar a doutrina e a defender os princípios cooperativistas, mas aprofunda quanto à questão de capacitar os associados para melhorar o nível de participação e de interação nas atividades da cooperativa” (SOUSA *et al.*, 2017, p. 68).

O que ocorreu em Massangana III, em termos de motivos que propiciaram o fim da organização da cooperativa, deu-se também pela falta da presença dos líderes estaduais no assentamento para controlar as ações dos locais. Essa falta de acompanhamento criou um enfraquecimento natural da liderança e tornou-a suscetível ao “pecado da ganância”. Quando as coisas começaram a ficar “soltas”, sem uma fiscalização do MST, abriu-se à prática da política conservadora por parte da liderança. Segundo Sousa *et al.* (2017), é importante “estruturar um espaço de poder na cooperativa, ao viabilizar a participação democrática do maior número possível de associados na gestão do empreendimento cooperativo” (SOUSA *et al.*, 2017, p.69), e isso permite um envolvimento mais consistente dos cooperados, levando ao empoderamento.

Nesse sentido, o que se observou em Massangana III foi a extinção das ações coletivas orientadas pelo MST, por causa do favorecimento da representação. Nesse caso, um indivíduo se tornou alvo de poder; na visão de Foucault (2004), é um produtor de individualidade, um indivíduo que se tornou uma produção do poder e do saber. O que significa isso no caso de Massangana III? Quer dizer que o MST criou em seu líder um saber político em função da militância anterior e da experiência com organização que lhe possibilitou um aprendizado real e prático que culminou em relações de desejo, de poder e de interesse, as quais são mais complexas do que o próprio MST imaginava que pudessem ocorrer no assentamento. Como expressamos no decorrer deste trabalho, a homogeneização, anterior à condição de assentados, desaparece quando já se encontram entre a maioria das famílias. Grande parte dos assentados que eram organizados em associações e cooperativas movem-se para a individualização das famílias, as quais não têm mais como objetivo a conduta do trabalho coletivo, ficando os assentamentos praticamente todos com trabalho individualizado. O ideal socialista não consegue se estabelecer como a grande direção de vida aos assentados. Isso é claro porque suas trajetórias sociais, históricas e culturais prevalecem sobre o novo que são as diretrizes socialistas. Para Milani (2007), os aspectos sociais, institucionais e culturais têm impacto direto “no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de formas mais intensas de

interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva em torno das estratégias de desenvolvimento local” (MILANI, 2007, p.196; DE SOUZA, 2016; SOUZA, 2021). Segundo Souza e Schneider (2022) diante da realidade, não cabe somente o movimento fazer a mudança nos hábitos dos assentados. Isso demanda um conjunto de fatores que ultrapassa as fronteiras de um movimento social do campo.

Na opinião da grande maioria dos assentados, a reforma agrária é uma forma de os agricultores sem-terra retornarem a uma vida digna, a uma condição de cidadão e não necessariamente à criação de uma identidade revolucionária. O assentamento cria a alternativa de saída da pobreza e possibilita uma integração social mais próxima de uma identidade comunitária, embora, às vezes, nem sempre possível de imediato.

Considerações Finais

O MST se constitui em um agente de transformação da sociedade, e isso já foi referenciado por diversos pesquisadores brasileiros. No entanto, quando esse movimento defende uma ideologia ou formas de organização e projetos marcados por essa ideologia, provoca relações de poder nos assentamentos em torno do posicionamento de líderes e não líderes com relação a essas formas de organização. Se essas relações de poder fossem, quer por via do centralismo, quer por via mais democrática, objeto de debate, de transparência e apenas mobilizadas no campo da reforma agrária, da produção agropecuária e do desenvolvimento dos assentamentos, não se teria muito a criticar.

No entanto, quando o movimento cria um projeto revolucionário baseado em discursos, ideologias e místicas que não correspondem à realidade dos assentamentos de reforma agrária nem aos projetos de vida das famílias assentadas, o MST não somente se afasta da realidade das suas bases, mas também utiliza suas relações de poder e dependência para outros fins, alistando, por exemplo, os sem-terra e assentados em um projeto político alheio. Esse projeto utópico pode levar, como o próprio sentido da palavra significa, a algo irrealizável, a uma quimera e/ou a uma fantasia.

Há, ao nosso ver, nos assentamentos que estudamos, um grande descompasso dessa ideologia com os projetos materiais, sociais e políticos familiares ou coletivos dos assentados. Por um lado, observamos que, acima de tudo, as famílias assentadas têm uma motivação econômica e material porque querem obter bens materiais e, por isso, apoiam as ações do MST. Por outro, mantêm relações sociais amigáveis com o movimento visando à organização da produção agropecuária, além de quererem alcançar objetivos comuns que as mantêm ativas como produtoras rurais.

De certa maneira, as ações coletivas passam a serem importantes para os assentados na medida em que não interferem demasiadamente ou de maneira contrária à sua identidade histórica e cultural, por exemplo, na sua maneira de cultivar a terra. Isso pode ser explicado pelas condições de vida anterior, ou seja, a grande maioria das famílias vivia em condições precárias e/ou subalternas. Nesse sentido, a aposta em ações coletivas pode também gerar o medo da perda do controle dos lotes e da autonomia familiar, o que de fato tem levado a uma vida marcada por uma solidariedade limitada, como é o caso de Massangana III.

O fato de as lideranças terem quebrado as regras fundamentais centradas no interesse coletivo baixou a expectativa da aposta em ações coletivas em Massangana III. Em Mandacaru, ao contrário, as imposições e “desvios” de conduta dos líderes ideológicos até 2005 fez ressuscitar novas formas de solidariedade em torno da produção de ações coletivas desligadas da ideologia marxista-leninista do MST, colocada em primeiro plano nos discursos.

O sentimento de “dívida” com o MST pode ter sido, no início, o primeiro motivo do desenvolvimento de ações coletivas em Mandacaru, mas acreditamos que passou também a se dar em função do respeito dos novos líderes aos assentados. Nossas entrevistas indicaram que o sentimento de dívida moral continua sendo o principal motivo de apoio ao MST em ambos os assentamentos, sendo esse sentimento compartilhado entre a maioria das famílias assentadas.

Portanto, para produzir ações coletivas nos assentamentos, é preciso muito trabalho organizativo com as famílias. Um projeto que vise à emancipação dos agricultores nos assentamentos necessita partir de uma lógica que funcione ancorada no respeito, antes de tudo, centrado nas vontades das famílias, circunscrito não em modelos ideais (avessos à realidade), mas substanciados na condução democrática que fortaleça a possibilidade de escolha pelos assentados de suas prioridades.

Assim sendo, para ter um assentamento mais desenvolvido, a comunidade precisa se envolver. É preciso existir um espírito público cívico no assentado da reforma agrária, tornando-se um espírito de solidariedade. Cada um precisa dar um pouco do seu tempo e capacidade de fazer as coisas para o coletivo, em prol do bem comum.

Temos vários exemplos pelos país de que as ações coletivas em assentamentos proporcionam melhores condições e qualidade de vida e de estruturas, pois há uma interação para o bem comum. Pensar ações coletivas requer que se compreenda o processo do desenvolvimento desses espaços de reforma agrária. É na capacidade dos assentados em gerar bens públicos (não estamos falando em voluntarismos) e na capacidade dos assentados em criar instituições formais e informais, baseadas no grau associacionismo no espírito coletivo na ação coletiva, que se expressam culturalmente a adesão à cultura cívica e o interesse na coletividade, que se traduzem em várias alternativas de ações coletivas.

Nesse sentido, ações coletivas são estratégias para criar espaços públicos que dão forças para o pleno desenvolvimento desses territórios em prol da sustentabilidade econômica e social das famílias de agricultores assentadas da reforma agrária. Parafraseando Souza (2022) pensar na questão agrária e principalmente na reforma agrária não é pensar em uma agricultura de pobre em pequena produção, mas em um desenvolvimento rural, no qual as pessoas possam ter renda e capacidade de comprar.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **Experiência: uma fissura no silêncio.** Bauru: EDUSC, 1999.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

AZEVEDO, P. R. **Exclusão e democracia.** 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2003.

BORDT, R. L. ***The structure of women's nonprofit organizations.*** Bloomington: Indiana University Press, 1997.

BRENNEISEN, E. C. **Relações de poder, dominação e resistência**. Cascavel, Edunioeste, 2002.

CATTANI, A.D. Ação coletiva. *In*: CATTANI, A.D.; HOLZMANN, L. (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011, p. 15-19.

COHEN-CHEN, S., & VAN ZOMEREN, M. Yes we can? Group efficacy beliefs predict collective action, but only when hope is high. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 77, p. 50–59, 2008. DOI: 10.1016/j.jesp.2018.03.016.

DE SOUZA, A. L. Produção agroecológica e políticas públicas no assentamento Loiva Lourdes- Borebi-sp. **Alamedas**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016. DOI: 10.48075/ra.v4i1.14077. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/14077> . Acesso em: 3 fev. 2023.

DE SOUZA, A. L.; AURÉLIO, V. G. Educação do campo e neoliberalismo: uma breve trajetória da educação no MST. **Alamedas**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2018b. DOI: 10.48075/ra.v6i2.19189. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/19189>. Acesso em: 3 fev. 2023.

FERNANDES, B. M.; STÉDILE, J. P. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 562-571, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 20. ed.. São Paulo: Graal, 2004.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, p. 20-29, 1995.

GOHN, M. G. **Os sem-terra, ongs e cidadania**. São Paulo: Cortez Editora, 1997a.

GOHN, M.G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997b.

GOHN, M.G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH** [online], v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300003>.

MILANI, C. R. S. Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do

desenvolvimento local. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.1, p. 195-224 jan/abr. 2007.

HERMAN, G. Chômage et attentes de reconnaissance: Approche par la théorie de l'identité sociale. **Recherches Sociologiques**, n. 2, p. 139-157, 1999.

JASPER, J. M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KELLY, J. (1998). **Rethinking industrial relations: Mobilization, collectivism, and long waves**. Abingdon: Routledge, 1998.

KLEBA, J. B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamento de reforma agrária. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 140-153, 1994.

LAZZARETTI, M. Â. **A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

MST. **A organicidade e o planejamento**. Texto interno do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Encontro Estadual da Paraíba. Paraíba: MST, 2004.

NAVARRO, Z. **O MST e a canonização da ação coletiva**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais – CES, 2003.

OSTROM, E. **Crafting institutions for self-governing irrigation systems**. São Francisco: ICS press, 1992.

PICOLOTTO, E. L. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 2, p. 156-177, 2007.

POLITI, G.E. *et al.* Mobilizing precarious workers in Italy: two pathways of collective action intentions. **Social Movement Studies**, 2021. DOI: 10.1080/14742837.2021.1940919.

SABOURIN, E. **Como sair do liberalismo?** São Paulo: EDUSC, 1999.

SILVA, C. G. da; PRADA, C. A lei da saúde no campo: caminhos percorridos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Saúde em Debate** [online]. v. 43, n. 8, p. 50-65, 2019. DOI: 10.1590/0103-11042019S804.

SMITH, J. 2008. **Social movements for global democracy**. Oxford: The Johns Hopkins University Press, 2008.

SOUSA, D. N. *et al.* Entre o social e o econômico, uma gestão cooperativa é possível? Estudo sobre as estratégias de comunicação nas cooperativas agropecuárias. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 6, n. 2, p. 62-80, 2017. DOI: 10.18540/rever62201762-80.

SOUZA, A. L. de. **Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST: entre o ideal e o concreto/estudo de caso do assentamento Ander Rodolfo Henrique – Diamante D’Oeste, Paraná.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

SOUZA, A. L. de. A construção das bases agroecológicas em assentamento de reforma agrária do MST: o desafio entre o ideal e o concreto. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 13, n. 24, p. 69-83, 2018a.

SOUZA, A. L. de. A reforma agrária nas interfaces de Ignácio Rangel e Caio Padro Júnior: o desenvolvimento rural em questão. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 16, n. 43 Dez., p. 170–196, 2022. DOI:10.14393/RCT164308. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/61552> . Acesso em: 3 fev. 2023.

SOUZA, A.L. de. 2021. Resenha: novas práticas alimentares no mercado global. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. 7, 6 (jul. 2021), 788–793. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i6.1430>.

SOUZA, A. L. de; SCHNEIDER, S. **Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos.** Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 266-299, 2022. DOI: 10.25059/2527-2594 /retratosdeassentamentos/ 2022.v25i2.497. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/497> . Acesso em: 3 fev. 2023.

SOUZA, A. L. de. A subsistência do homem e ensaios correlatos. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 405–411, 2021. DOI: 10.33026/peg.v22i1.8435. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8435> . Acesso em: 3 fev. 2023.

SOUZA, A. L. de; LAZZARETTI, M. Ângelo. (2020). A falácia do Mercado Autorregulado: Institucionalização de liberdade e a comodificação da natureza em Karl Polanyi. **Revista Brasileira de Ciência Aplicada**, 4 (6), 3291–3310. <https://doi.org/10.34115/basrv4n6-001>.

TAJFEL, Henri. **Human groups and social categories.** New York: Cambridge University Press. 1981.

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

VALADARES, J. H. **Estratégias de educação para a cooperação**. Rio de Janeiro: FGV – MBA em Gestão Empresarial de Cooperativas, 2009.

VAN STEKELENBURG, J.; KLANDERMANS, B. The social psychology of protest. *Current Sociology*, v. 61, n. 5–6, p. 886–905, 2013. DOI: 10.1177/0011392113479314.

VAN ZOMEREN, M.; LEACH, C. W.; SPEARS, R. Protesters as “passionate economists”: A dynamic dual pathway model of approach coping with collective disadvantage. *Personality and Social Psychology Review*, v. 16, n. 2, 180–199, 2012. DOI: 10.1177/1088868311430835.

VAN ZOMEREN, M.; POSTMES, T; SPEARS, R. Toward an integrative social identity model of collective action: A quantitative research synthesis of three socio-psychological perspectives. *Psychological Bulletin*, v. 134, n. 4, p. 504–535, 2008. DOI: 10.1037/0033-2909.134.4.504.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1994.